RELATÓRIO DE GESTÃO

2017

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	FUNDAÇÃO MARIA ANTONIA BARREIRO
Morada	Rua Castilho, 39 - 13º Sala F
Código postal	1250-068
Localidade	Lisboa

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	501661638
Classificação de atividade económica (CAE)	94991
Conservatória	LISBOA
Fundo social	18 660 351,00 €

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Rua Castilho, 39 (Edifício Castil, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

I – DA ATIVIDADE DA FUNDAÇÃO MARIA ANTÓNIA BARREIRO EM 2017

1. A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DOS ÁLAMOS

2017 foi o ano em que a "Fundação Maria Antónia Barreiro", fundação de direito privado e pessoa coletiva de utilidade publica, viu concretizar a obra da Residência Universitária dos Álamos, estabelecimento da Fundação, situado na Alameda da Universidade (Campo Grande, 189).

Inaugurada, no dia 21 de Novembro de 2017, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a Residência dispõe de 31 quartos individuais, com casa de banho, três salas de estudo individual, uma sala de estudo em grupo, biblioteca, salas de estar, uma sala de conferências (polivalente), campo de jogos, ginásio e parque de estacionamento.

Inspirada no modelo dos Colleges de Oxford, a Residência para além de um espaço cultural, de alguma forma complementar dos planos curriculares das Faculdades, na medida em que irá proporcionar às universitárias um conjunto de conferências e de encontros com personalidades ligadas à Universidade e à Cultura, contribuirá para uma verdadeira formação para a cidadania, assente num espírito de liberdade e sentido de responsabilidade.

Acresce – *e cremos que será um up grade da Residência Universitária dos Álamos* - que a Residência irá proporcionar às suas residentes um verdadeiro ambiente familiar, propício ao estudo.

Apesar de recém inaugurada, a Residência promoveu já as seguintes conferências/debates:

História saídas do baú: mitos greco-romanos, pela Dr.ª Madalena Brito;
Stress e ansiedade, pelo Drº. António Sampaio;

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilho, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Na área da solidariedade, a Residência Universitária dos Álamos desenvolveu já, neste curto espaço de tempo que mediou entre a sua inauguração e o final do ano de 2017, um programa de voluntariado com crianças e na alfabetização de adultos, no Bairro da Cruz Vermelha, apoiando o trabalho da Associação Emergência Social (IPSS).

Para além disso, envolveu-se no apoio a pessoas "sem abrigo", consistente na entrega de refeições, tendo inclusive organizado um almoço de Natal com "sem abrigo", no dia 17 de Dezembro de 2017.

E promoveu, também, a "Olimpíada Solidária de Estudo", destinada a criar bolsas de estudo para apoiar crianças do Quénia que pretendem estudar, tendo as participantes nesta Olimpíada conseguido obter a verba de EUR 906 para esse fim.

2. A RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE MONTES CLAROS

A Residência Universitária de Montes Claros, situada em Lisboa, na Rua Vera Lagoa, n.º 5, continua a corresponder ao projeto fundacional de criar e manter um espaço cultural aberto às Universidades.

Por ali - *como se tem vindo recorrentemente a assinalar nos anteriores Relatórios* - têm passado numerosas personalidades nacionais e estrangeiras: universitários, cientistas, artistas, políticos, desportistas, jornalistas, profissionais das mais diversas áreas.

Para além disso, é significativo que, pela Residência, continuam a passar anualmente algumas centenas de universitários que ali encontram condições de estudo, podendo estudar em salas devidamente apetrechadas para o efeito, dotadas de bibliotecas, e ainda, assistirem a conferências e filmes, ou participarem em visitas guiadas a museus, etc.

No ano de 2017, na Residência Universitária de Montes Claros realizaram-se várias atividades culturais, todas elas abertas às Universidades, de que se indicam, sem carácter exaustivo, as seguintes as seguintes conferências:

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil) 13.º - P 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

21 de Fevereiro: A Historicidade dos Evangelhos, pelo Pe. Doutor José Miguel Ferreira Martins;

8 de Março: A Lealdade: Ativo Essencial de um Profissional, pelo Eng.º Francisco Vieira;

14 de Março: As Guerras do Império Romano, pelo Prof. Doutor António Leitão;

20 de Março: Tráfico Humano, pela Irmã Júlia Bacelar;

21 de Março: Como falar em público, pelo Doutor Paulo Miguel Martins;

28 de Março: Experiência de viver um sonho Olímpico, pela Dr.ª Filipa Cavalleri;

30 de Março: Cuidados Paliativos e Eutanásia, pelo Prof. Doutor Luís Marques da Costa;

2 de Maio: Megatrends, pelo Dr. Luís Cabral;

8 de Maio: The Beatles, pelo Pe. Doutor José Miguel Ferreira Martins;

18 de Maio: A Portugalidade, pelo Dr. José Paiva Boléo-Tomé;

1 de Outburo: Basketball, um briefing sobre a NBA, com Francisco Canhoto;

28 de Outubro: Para onde vai a União Europeia, pelo Dr. Luís Marques Mendes;

16 de Novembro: A Arte de Resolver Problemas, pela Prof. Doutora Fátima Carioca;

23 de Novembro: A participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, por Fábio Laurentino.

Para além disso, a Residência promoveu um Convívio de Voluntariado Internacional na Guiné-Bissau (literacia, construção e cuidados de saúde).

3. O "CLUBE DARCA"

Outro dos equipamentos da Fundação, na Rua Professor Aníbal Bettencourt nº 5, em Lisboa, encontra-se também cedido, a título gratuito, ao Clube Darca. Neste Clube, destinado a estudantes do ensino secundário e a pré-universitários, têm-se desenvolvido, ao longo dos anos, várias atividades que pretendem fomentar o gosto pelo estudo e pela cultura, para além

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilho, 13.º - F. 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

dos membros do Clube e seus amigos poderem participar em atividades desportivas e outras que visam a solidariedade. O Clube dispõe ainda de atelier's de pintura e de cerâmica.

Na área do fomento do estudo, o Clube realizou, no ano de 2017, sessões sobre métodos de estudo e sobre "como aprender a estudar", em sessões orientadas pela Dra. Rosário Morais Barbosa e pela Dra. Dra. Conceição Vaz.

Na área da solidariedade, o Clube realizou, nos meses de Julho e Agosto de 2017, campos de férias, organizados pelas suas associadas, em Castro Daire e na Fajã de Baixo (S. Miguel), desenvolvendo atividades para crianças carenciadas e para idosos.

O Clube participou, também, pela sexta vez, na Olimpíada Solidária de Estudo, uma iniciativa de COOPERA, uma ONG espanhola. Na Olimpíada Solidária de Estudo, cada hora de estudo vale 1€, e o produto das várias horas de estudo são destinados a apoiar o Projeto "REGRESSO À ESCOLA" para crianças e jovens vítimas da guerra, na República Democrática do Congo.

Na área cultural, o Clube promoveu uma série de visitas culturais, devidamente orientadas, ao Museu Nacional de Arte Antiga, ao Centro de Ciência Viva de Sintra, ao Castelo de S. Jorge e ao Museu da Gulbenkian.

O Clube promoveu, ainda, alguns encontros com as famílias dos seus membros e conferências destinadas aos pais, orientadas por especialistas na área da educação.

Numa perspetiva mais "*caleidoscópica*", que marca a cultura nos nossos dias, o Clube promoveu uma série de conferências, de que se registam topicamente as seguintes:

Língua Gestual, por Joana Maria;
Voluntariado com Refugiados na Suécia, por Joana Marta;
A Tunísia, com Sihem;
A Terra Santa, por Teresa Patrício Gouveia;
Voluntariado no Senegal, por Mariana Taylor;

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilo, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 353 93 90 - Fax 21 386 42 12

Bastidores de um musical, por Matilde Torcato;
As minhas impressões da China, por Mariana Duarte Silva;
Seleção de Livros, por Isabel Castro Pina.

4. RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA DAS LARANJEIRAS

Outro dos equipamentos da Fundação, também cedido gratuitamente, está afeto às atividades desenvolvidas pela associação denominada "Laranjeiras – Associação Cultural e Profissional", onde se tem vindo a desenvolver um projeto de formação na área da hotelaria.

A Residência das Laranjeiras tem capacidade para 24 pessoas, nela se contando os elementos da Direção e uma equipa de sete profissionais de hotelaria.

A Residência conta com três zonas de serviços hoteleiros, três unidades que têm uma dimensão semi-industrial e onde se ministram as aulas destinadas a futuros profissionais nesta área.

No ano de 2017, para além das formandas na área da hotelaria, foram admitidas 11 estudantes universitárias na Residência, as quais integram jovens de Timor Leste, do Brasil e de Espanha, e que frequentam os cursos de Teatro, Desporto, Economia, Medicina, Direito, Línguas, Antropologia, Enfermagem, Marketing e Publicidade, Gestão e Pintura.

A Residência implementou várias ações de voluntariado, efetuando visitas a pessoas idosas e prestando-lhes a ajuda de que necessitam. Colaborou nestas ações, dirigidas a pessoas sós e idosas, com a Associação de Socorros da Freguesia da Encarnação (ASFE).

Na área cultural, forma realizadas várias conferências, de que se destacam:

"Antropologia", pela Doutora Marta Mendonça;
"Uma experiência de voluntariado", pela Dra. Paula Pimentel;
"Empatia, equipa e responsabilidade", pela Dra. Susana Segura;
"Eutanásia", pela Dra. Fernanda Dulce Raposo;
"Jerusalém pelos olhos de quem lá esteve", pela Dr.ª Ana Isabel Lynce.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilo, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

"Perguntas & Respostas sobre a Ideologia do Gênero", pela Dr.ª Mariana Duarte Silva;

"A etiqueta ainda se usa?", pela Dr.ª Otávia Sá;

"Vanguardas", por Leonor Teixeira.

Estas as referências mais significativas da atividade da Fundação no ano de 2017.

II – Nota Explicativa sobre as contas de 2017

1. Evolução da atividade da entidade

A entidade tem vindo a desenvolver a sua atividade com normalidade, pelo que os seus objetivos económicos têm vindo a ser realizados segundo os padrões pretendidos.

1.1. A estrutura de gastos e perdas evoluiu dentro do previsto, tal como se apresenta:

GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	0	0	0	0.00%
Fornecimentos e serviços externos	254.611	299.308	-44.697	-14,93%
Gastos com o pessoal	221.082	214.510	6.572	3,06%
Gastos de depreciação e de amortização	279.803	284.102	-4.300	-1,51%
Perdas por imparidade	0	0	0	0.00%
Perdas por reduções de justo valor	23.135	389.960	-366.825	-94,07%
Provisões do período	0	0	0	0.00%
Outros gastos e perdas	272.644	225.255	47.389	21,04%
Gastos e perdas de financiamento	0	0	0	0.00%
TOTAL	**1.051.275**	**1.413.135**	**-361.861**	**-25,61%**

1.2. A estrutura de rendimentos e ganhos evoluiu da seguinte forma:

RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Vendas	0	0	0	0.00%
Prestações de serviços	330.523	249.709	80.814	32,36%
Variações nos inventários de produção	0	0	0	0.00%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0.00%
Subsídios, doações e legados à exploração	462.799	517.612	-54.814	-10,59%
Reversões	0	0	0	0.00%
Ganhos por aumentos de justo valor	0	0	0	0.00%
Outros rendimentos e ganhos	122.484	186.852	-64.368	-34,45%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	106.546	67.957	38.589	56,78%
TOTAL	**1.022.351**	**1.022.130**	**221**	**0,02%**

1.3. No exercício em análise a organização obteve os seguintes réditos:

RESULTADOS	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	144.333	-174.860	319.193	182,54%
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)	-135.470	-458.962	323.492	70,48%
Resultado financeiro	106.546	67.957	38.589	56,78%
Resultado antes de impostos	-28.924	-391.005	362.081	92,60%
Imposto sobre o rendimento do período	0	0	0	0.00%
Resultado líquido do período	-28.924	-391.005	362.081	92,60%

1.4. A entidade verificou a seguinte evolução dos fundos patrimoniais:

FUNDO PATRIMONIAL	31-dez-17	31-dez-16	Δ Valor	Δ %
Fundos	18.660.351	18.660.351	0	0,00%
Excedentes técnicos	0	0	0	0.00%
Reservas	0	0	0	0.00%
Outras reservas	425.998	425.998	0	0,00%
Resultados transitados	3.406.442	3.517.421	-110.979	-3,16%
Excedentes de revalorização	21.024.444	21.304.470	-280.026	-1,31%
Outras variações nos fundos patrimoniais	632.548	728.880	-96.332	-13,22%
Resultado líquido do período	-28.924	-391.005	362.081	92,60%

2. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não se verificaram factos subsequentes que justifiquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.

3. Evolução previsível da atividade

A evolução esperada pelo Conselho de Administração mantém-se na senda da verificada anteriormente.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilho, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

4. Breve análise da situação económico-financeira da organização

Além dos quadros insertos neste relatório, o Anexo às contas explicita detalhadamente a situação económica, social e financeira da Fundação.

4.1. A entidade apresentou a seguinte evolução em termos financeiros:

RÁCIOS FINANCEIROS	Fórmula	31/dez/17	31/dez/16
Endividamento global	Ativo total / Passivo total	173,72	105,13
Solvabilidade	Fundo de capital/ Passivo total	172,72	104,13
Autonomia financeira	Fundo de Capital / Ativo	0,99	0,99

4.2. No que respeita análise da liquidez (equilíbrio financeiro), a evolução verificada no exercício é apresentada da seguinte forma:

RÁCIOS DE LIQUIDEZ (equilíbrio financeiro)	Fórmula	31-dez-17	31-dez-16
Liquidez geral	Ativo corrente / Passivo corrente	33,84	49,70
Liquidez reduzida	(Ativo corrente - inventários - ativos biológicos - ativos não correntes detidos para venda) / Passivo corrente	33,84	49,70
Liquidez imediata	Meios financeiros líquidos / Passivo corrente	5,34	21,90

5. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social

A entidade não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, à Segurança Social, nem a qualquer outra entidade pública.

6. Existência de negócios entre a entidade e o Conselho de Administração.

Não existem negócios deste tipo entre a entidade e os seus legais representantes.

7. A existência de sucursais da entidade.

A entidade não detém sucursais.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, negativo em € 28 923,83, seja transferido para resultados transitados.

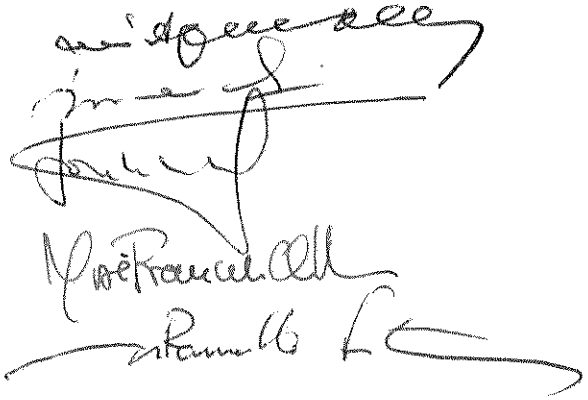
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilo, 15.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

9. Agradecimentos

O Conselho de Administração aproveita para agradecer a colaboração prestada por todos os Membros do Conselho Geral, colaboradores, clientes, fornecedores, outras instituições e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 20 de abril de 2018

Conselho de Administração



Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Rua Castilho, 39 (Edifício Castilo, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 43 12

BALANÇO EM 31 de Dezembro de 2017

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	4	34 764 454,90	33 502 998,25
Propriedades de Investimento	7	927 310,00	927 310,00
Ativos Financeiros - Método Equivalência Patrimonial			
Participações Financeiras - Outros Métodos			
Fundadores/beneméritos/associados/membros			
Outros Ativos Financeiros	8	4 723 096,08	4 949 818,32
Ativos por Impostos Diferidos			
		40 414 860,98	39 380 126,57
Ativo Corrente			
Clientes	10	126 664,91	114 591,99
Estado	11	110 478,00	55 346,51
Outras Contas a Receber	14	2 517 118,24	2 399 705,26
Diferimentos		7 352,33	6 972,41
Outros Ativos Financeiros		38 867,95	38 867,95
Caixa Depósitos Bancários	12	478 811,27	1 990 691,68
		3 279 292,70	4 606 175,80
Total do Ativo		43 694 153,68	43 986 302,37
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	1.4	18 660 350,65	18 660 350,65
Outras Reservas	1.4	425 998,38	425 998,38
Resultados Transitados	1.4	3 406 441,76	2 839 198,32
Excedentes de Revalorização	1.4	21 024 443,92	21 304 469,79
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	1.4	-45 674,73	728 880,09
Resultado Liquido do Periodo		-28 923,83	-391 005,01
Total dos Fundos Patrimoniais		43 442 636,15	43 567 892,22
PASSIVO			
Passivo Não Corrente			
Provisões		60 976,07	60 976,07
Financiamentos Obtidos			
Responsabilidades por Beneficios Pos-Emprego			
Passivos por Impostos Diferidos			
Outras Contas a Pagar	14	93 628,43	264 747,91
		154 604,50	325 723,98
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	4 550,64	407,91
Adiantamentos de Clientes			
Estado	11	14 561,60	12 377,65
Fundadores/beneméritos/associados/membros			
Financiamentos / Obtidos			
Diferimentos		22 209,09	20 812,28
Outros Passivos Financeiros	14	55 591,70	59 088,33
Passivos Não Correntes Detidos Para Venda			
		96 913,03	92 686,17
Total do Passivo		251 517,53	418 410,15
Total dos Fundos Patrimoniais e Passivo		43 694 153,68	43 986 302,37

Lisboa, 20 de abril de 2018

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Rua Castilho, 39 - 13º F ** 1250-068 LISBOA ** NIPC 501 661 638

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31-12-2017	31-12-2016
Vendas e Serviços Prestados	9a	330 522,61	249 708,83
Subsídios à Exploração - De Outras Entidades	9a	462 798,54	517 612,05
Ganhos / Perdas de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos			
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas			
Fornecimentos e Serviços Externos	9d	-254 611,30	-299 308,30
Gastos com o Pessoal	13	-221 082,42	-214 510,12
Imparidade de Inventários (Perdas / Reversões)			
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)			
Provisões (Aumentos / Reduções)			
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis (Perdas / Reversões)			
Aumentos Reduções de Justo Valor		-23 134,59	-389 960,08
Outros Rendimentos e Ganhos	9c	122 483,84	186 852,17
Outros Gastos e Perdas	9f	-272 643,72	-225 254,58
Resultados Antes de Depreciações, Gastos de Financiamentos e Impostos		144 332,96	-174 860,03
Gastos / Reversões de Depreciações	9e	-279 802,65	-284 102,15
Imparidade de Investimentos Depreciáveis / Amortizáveis (Perdas / Reversões)			
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		-135 469,69	-458 962,18
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	9b	106 545,86	67 957,17
Juros e Gastos Similares Suportados			
Resultado Antes de Impostos		-28 923,83	-391 005,01
Imposto Sobre Rendimento do Período			
Resultado Líquido do Período		-28 923,83	-391 005,01

Lisboa, 20 de abril de 2018

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Rua Castilho, 39 - 13º F ** 1250-068 LISBOA ** NIPC 501 661 638

Entidade: FUNDAÇÃO MARIA ANTÓNIA BARREIRO

Sede: Rua Castilho, 39 - 13º F ** 1250-068 LISBOA ** NIPC 501 661 638

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS DO PERIODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

DESCRIÇÃO	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍ	18 660 350,65	0,00	425 998,38	2 839 198,32	21 304 469,79	728 880,09	-391 005,01	43 567 892,22
Alterações no período								0,00
Primeira adoção do Novo Referencial Contabilístico								0,00
Alterações de Políticas Contabilísticas								0,00
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras								0,00
Realização de Excedentes de Revalorização								0,00
Excedentes de Revalorização								0,00
Ajustamentos por Imposrtos Diferidos								0,00
Outras aLterações Reconhecidas nos Fundos Patrimoniais								0,00
	18 660 350,65	0,00	425 998,38	2 839 198,32	21 304 469,79	728 880,09	-391 005,01	43 567 892,22
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							-28 923,83	-28 923,83
RESULTADO INTEGRAL							-419 928,84	-419 928,84
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								0,00
Fundos							391 005,01	391 005,01
Subsídios, Doações e Legados								
Distribuições				-391 005,01				
Outras Opreações				958 248,45	-280 025,87	-774 554,82		-96 332,24
	0,00	0,00	0,00	567 243,44	-280 025,87	-774 554,82	-28 923,83	294 672,77
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍOD	18 660 350,65	0,00	425 998,38	3 406 441,76	21 024 443,92	-45 674,73	-28 923,83	43 442 636,15

Lisboa, 20 de abril de 2018

O Conselho de Administração

O Contabilista Certiifcado

FUNDAÇÃO MARIA ANTÓNIA BARREIRO

Entidade: FUNDAÇÃO MARIA ANTÓNIA BARREIRO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PERIODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	NOTAS	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prestação de Serviços		318 449,69
Donativos Obtidos		462 798,54
Pagamento de Apoios		
Pagamento de Bolsas		-266 040,02
Pagamentos a fornecedores		-254 611,30
Pagamentos ao Pessoal		-221 082,42
Caixa gerada pelas operações		39 514,49
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos		-15 830,14
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		23 684,35
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		-1 672 833,00
Ativos fixos tangíveis		1 672 833,00
Outros Ativos		
Recebimentos respeitantes a:		337 268,24
Venda de Outros Ativos Financeiros		226 722,24
Juros deAplicações		110 546,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1 335 564,76
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		0,00
Financiamentos Obtidos		
Outras Operações de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		-200 000,00
Financiamentos Obtidos		
Outras Operações de financiamento		-200 000,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-200 000,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-1 511 880,41
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	1 990 691,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	478 811,27

Lisboa, 20 de abril de 2018

O Conselho de Administração

O Contabilista Certiifcado

Conselho de Administração

ANEXO

2017

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	FUNDAÇÃO MARIA ANTONIA BARREIRO
Morada	Rua Castilho, 39 - 13º Sala F
Código postal	1250-068
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	501661638
Classificação de actividade económica (CAE)	94991
Conservatória	LISBOA
Capital social	18.660.351,00 €

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Igreja Castilo, 11º - C 1250-068 LISBOA Tel. 21 380 01 26 Fax 21 386 42 12

Conselho de Administração

FUNDAÇÃO MARIA ANTÓNIA BARREIRO

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em euros)

1) - Identificação da entidade

1.1 Designação da entidade: FUNDAÇÃO MARIA ANTÓNIA BARREIRO.

1.2 Lugar da sede social: LISBOA

1.3 Natureza da atividade: ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS

2) Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No exercício em análise as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3) Principais políticas contabilísticas

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Costa), 11.º - C 1250-068 LISBOA Tel. 21 386 01 26 - Fax 21 386 42 12

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

Conselho de Administração

3.1 - Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com as NCRF-PE em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do ano anterior, e descritas nas respetivas notas anexas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2 - Para além das estimativas contabilísticas que o Conselho de Administração fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas, não foram utilizados juízos de valor na elaboração destas demonstrações financeiras.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

3.3 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

3.4 - Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

4) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Covide, 11.º - C 1250-068 LISBOA Tel. 21 386 01 26 - Fax 21 386 42 12

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RUBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras contruções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2017 e 2016:

Conselho de Administração

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2017				
	Saldo em 1-jan-17	Aquisições Deprec	Abates Transf	Revaloriz	Saldo em 31-dez-17
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	21.805.448	-	-	-	21.805.448
Edifícios e outras construções	10.805.780	-	-	-	10.805.780
Equipamento básico	579.167	-	-	-	579.167
Equipamento de transporte	167.834	19.676	-	-	187.510
Equipamento administrativo	51.228	-	-	-	51.228
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	4.950.866	1.653.157	(131.574)	-	6.472.449
Total do ativo bruto	38.360.322	1.672.833	(131.574)	-	39.901.581
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(4.063.727)	(271.792)	-	-	(4.335.519)
Equipamento básico	(576.095)	(1.532)	-	-	(577.627)
Equipamento de transporte	(166.274)	(6.479)	-	-	(172.753)
Equipamento administrativo	(51.228)	-	-	-	(51.228)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	(4.857.324)	(279.803)	-	-	(5.137.126)
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	33.502.998	1.393.030	(131.574)	-	34.764.455

5) Ativos intangíveis

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RUBRICAS	Vida Útil - Anos
Ativos Intangíveis-Programas Software	3

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis pela entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos

para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2017 e 2016:

6) Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica podem ser capitalizados como parte do custo desse activo, quando seja provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade e tais custos possam ser fiavelmente mensurados.

Não foram capitalizadas quaisquer quantias no exercício relativas a custos com empréstimos obtidos.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

Quando aplicável, os saldos de empréstimos obtidos em aberto são os que se apresentam a seguir:

a) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Goody, II.º C 1250-068 LISBOA Tel. 21 386 01 26 - Fax 21 386 42 12

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte:

Em todos os contratos de locação financeira existe opção de compra e não existem restrições impostas.

b) Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

Tanto em 31 de Dezembro de 2017 como em 2016 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" é nulo.

7) Propriedades de Investimento

Reporta-se estes montantes a propriedades arrendadas cujo valor não sofreu alteração de 2016 para 2017

8) Outros Ativos Financeiros

Os valores referentes a este capítulo respeitam a: Aplicações de Tesouraria, de que se alienou, no exercício, um volume significativo e a Empréstimos, a maioria sem juros, para apoiar entidades diversa, tanto no campo da Educação como da Cultura.

9) Rendimentos e gastos

a) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito é reconhecido quando pode ser razoavelmente mensurável, e seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Covide, 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 95 90 - Fax 21 386 42 12

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2017 e 2016:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31-dez-17	31-dez-16
Vendas de Mercadorias	-	-
Prestação de Serviços	330.523	249.709
Subsídios	462.799	517.612
Total:	**793.321**	**767.321**

b) Resultados Financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2017 e 2016:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-17	31-dez-16
Juros e rendimentos similares obtidos	**106.546**	**67.957**
Juros obtidos	106.546	67.957
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	**106.546**	**67.957**

c) Outros rendimentos e ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2017 e 2016:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31-dez-17	31-dez-16
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	48.120
Outros rendimentos	122.484	138.732
Total	**122.484**	**186.852**

d) Fornecimentos e serviços externos

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - P. 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-17	31-dez-16
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	**159.867**	**233.821**
Trabalhos especializados	24.755	**19.197**
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	-	-
Honorários	124.853	205.043
Comissões	-	-
Conservação e reparação	8.090	9.293
Outros	2.169	288
Materiais	**15.751**	**2.173**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	15.595	312
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	156	1.861
Artigos para oferta	-	-
Outros	-	-
Energia e fluidos	**6.256**	**1.940**
Eletricidade	906	1.705
Combustíveis	483	-
Água	147	174
Outros	4.720	60
Deslocações, estadas e transportes	**2.060**	**3.752**
Deslocações e estadas	2.060	3.752
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	**70.678**	**57.623**
Rendas e alugueres	11.557	11.495
Comunicação	2.120	2.112
Seguros	8.923	7.663
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	406	402
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	29.589	28.054
Outros serviços	18.084	7.897
Total	**254.611**	**299.308**

e) Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2017 e 2016:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
Propriedades de investimento	-	-
Ativos fixos tangíveis	(279.803)	(284.102)
Ativos intangíveis	-	-
Reversões	-	-
Total	**(279.803)**	**(284.102)**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Covilh. I.S.C. - F. 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

f) Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma descriminada a rúbrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-17	31-dez-16
Impostos	6.604	28.409
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	1.321
Donativos	-	-
Quotizações	265.695	119.185
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	345	76.340
Total	**272.644**	**225.255**

10) Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2017 e 2016 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31-dez-17	31-dez-16
Clientes conta corrente	89.635	77.562
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	121.618	121.618
Clientes perda por imparidade acumuladas	(84.588)	(84.588)
Total	**126.665**	**114.592**
Adiantamentos de Clientes	-	-

11) Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-17	31-dez-16
Ativo	**110.478**	**55.347**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	100	100
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	110.378	55.242
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	4
Passivo	**(14.562)**	**(12.378)**
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(7.841)	(6.990)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(163)	(163)
Segurança social	(6.536)	(5.224)
Outros impostos e taxas	(22)	-
Total	**95.916**	**42.969**

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

12) Fluxos de caixa

a) Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

b) A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

MEIOS FINANCEIROS LIQUIDOS	31-dez-17	31-dez-16
Caixa	3.081	3.491
Depósitos à ordem	410.730	387.201
Outros depósitos bancários	65.000	1.600.000
Outros instrumentos financeiros	38.868	38.868
Total	**517.679**	**2.029.560**

13) Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2017 e 2016 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-17	31-dez-16
Fornecedores conta corrente	4.551	408
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	**4.551**	**408**
Adiantamentos a fornecedores	-	-

14) Outras Contas a Receber e a Pagar

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	31-dez-17	31-dez-16
A RECEBER	**2.517.118**	**2.399.705**
Fornecedores - Devedores	8.859	2.483
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acrescimos de rendimentos	-	-
Outros devedores	2.508.260	2.397.222
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	**(149.220)**	**(323.836)**
Clientes - Credores	(20.042)	(6.185)
Remunerações a pagar	(642)	-
Outras contas de pessoal	-	-
Fornecedores de investimentos	(93.628)	(264.748)
Credores por acrescimos de gastos	(34.360)	(49.912)
Disponibilidades negativas	-	(0)
Outros credores	(547)	(2.992)
Total	**2.367.898**	**2.075.869**

15) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Rua Castilho 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

16) Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração, bem como a especialização dos valores recebidos a título de Subsídios ao Investimento, nos períodos de 2017 e 2016:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31-dez-17	31-dez-16
Subsídios de outras entidades	462.799	517.612
Especialização de Subsídios (Rendimentos no Período)	96.332	96.332
Rendimentos no Período	**559.131**	**613.944**

17) Instrumentos financeiros

O instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Quando existem este tipo de ativos e passivos financeiros são mensurados, em cada data de relato ao custo.

Não foram registados ativos ou passivos financeiros no exercício.

18) Benefícios dos empregados

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Condi), 13º - P 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

Os benefícios dos empregados incluem, os benefícios a curto prazo, os benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo dos empregados, benefícios de cessação de empregos, e benefícios de remuneração em capital próprio.

Entre os benefícios de curto prazo estão os ordenados, salários e contribuições para a Segurança Social.

Gastos com pessoal

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2017 e 2016:

GASTOS COM PESSOAL	31/dez/17	31/dez/16
Remunerações do pessoal	(181 067)	(175 876)
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	(34 802)	(33 634)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-	-
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	(5 214)	(5 000)
Total	(221 082)	(214 510)

19) Acontecimentos após a data do balanço

Não foram identificados acontecimentos após a data do balanço que dão lugar a ajustamentos, nem a divulgação.

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

20) Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Administração informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a entidade não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2017.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Rua Castilho, 39 (Edifício Castilho, 15.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 386 42 12

21) Outras divulgações

a) Relacionamentos com empresas-mãe:

Não aplicável.

b) Remunerações do pessoal chave da gestão:

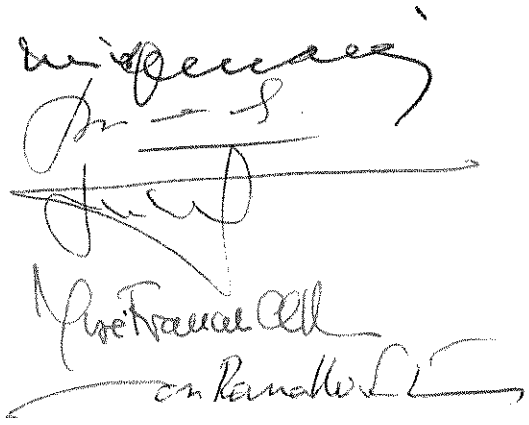
Os membros do Conselho de Administração auferiram, em 2017, o total de rendimentos € 67 500.

c) Transações entre partes relacionadas e outros:

Não existem transações com partes relacionadas e também não se verificaram ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia de saldos pendentes.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado



Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Rua Castilho, 39 (Edifício Castil), 13.º - F 1250-068 LISBOA Tels. 21 383 93 90 - Fax 21 356 42 12

ATA NÚMERO TRINTA E OITO

Aos vinte e seis dias do mês de Abril de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, reuniu em Lisboa, na Rua Castilho, nº 39, Piso 11, Letra C, o Conselho Geral da Fundação Maria Antónia Barreiro, com as presenças dos membros deste órgão, a saber: Ex.mos Senhores Dr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias, Dr. Raul Jaime de Abreu Diniz, Dr. António Norberto Coelho Brasil, Carlos Alberto Lopes e Dr Manuel Pedro da Costa Santos Ribeiro da Silva. O Exmo. Senhor Dr. Carlos da Camara Pestana justificou atempadamente a sua ausência. ----------

Encontravam-se, também, presentes os membros do Conselho de Administração, respetivamente, o seu Presidente, Dr. José Afonso Gil, Dr. José António Alves Mendes, Dr. Juan Andres San Cristobal Velasco, que também usa e assina Jon Sam Cristobal Velasco, e Eng.º José Manuel Leite de Ramalho Fontes. - - - - - - - - - - - - - - - -

Ainda antes da ordem do dia, com a concordância dos Ilustres membros do Conselho Geral, o Presidente do Conselho de Administração referiu que, já depois de elaborado o Relatório de gestão, se concretizara, no dia 24 de Abril p.p., a promessa de compra e venda de treze prédios da Fundação, que se situam na Praça David Leandro da Silva nº 28, tornejando para a Rua Fernando Palha, nºs 1 a 23, tornejando depois para a Rua Zófimo Pedroso nºs 27 a 33, saltando, depois, para os nºs 69 a 71. O contrato promessa foi outorgado com a sociedade "Refletecarisma, S.A.", sendo o preço da projetada compra e venda de dezassete milhões de euros, tendo a sociedade promitente compradora entregado no dia da assinatura do contrato promessa, a título de sinal, um cheque no valor de cinco milhões de euros, sendo a quitação dada após a boa cobrança do cheque. A escritura de compra e venda deverá ser celebrada até ao dia 31 de Outubro de 2018. ----------

Findo este esclarecimento, o Exmo. Senhor Dr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias, que presidiu, verificando haver quórum constitutivo e deliberativo, considerou abertos os trabalhos, tendo lido a Ordem de Trabalhos, constante dos seguintes pontos: ----------

Ponto Um: apreciar e votar o relatório de gestão e as contas do Conselho de Administração relativos ao exercício de 2017; ----------

Ponto Dois: deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; ----------

Ponto Três: proceder à apreciação sobre a gestão do Conselho de Administração. ------

Seguidamente, referiu que o relatório de gestão e as contas do exercício findo do Conselho de Administração se encontravam à disposição dos Exmos. membros do Conselho Geral para qualquer esclarecimento, referindo que o mesmo documento houvera já sido enviado previamente a cada um dos membros do Conselho Geral. ------

Feita uma breve resenha sobre a atividade da Fundação e sobre as contas, foram postos à votação o Relatório de Gestão e as Contas do exercício findo, tendo sido deliberado, por unanimidade dos Exmos. Membros do Conselho Geral da Fundação presentes, o seguinte: ----------

Primeiro: Aprovar o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício de 2017. ----------

Segundo: Aprovar a proposta de transferência do saldo da conta de resultados líquidos, negativo, no valor de €28 923,83, (vinte e oito mil, novecentos e vinte e três euros e oitenta e três cêntimos) para a conta de resultados transitados. ----------

Terceiro: Aprovar um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma como desempenhou as funções de gestão ao longo do exercício de 2017. ----------

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de que se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros do Conselho Geral presentes. ----------